

O ENSINO E A PESQUISA DA LITERATURA PORTUGUESA NO BRASIL EM PERSPECTIVA

TEACHING AND RESEARCH OF PORTUGUESE LITERATURE IN BRAZIL IN PERSPECTIVE



Revista dos Cursos de Letras e do Programa de Pós-graduação em Letras – Unifap

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão do trabalho: 15/07/2025

Aprovação do trabalho: 11/8/2026

Publicação do trabalho: 19/10/2026

Antonio Augusto Nery  
gutonery@hotmail.com
 Universidade Federal do Paraná

COMO CITAR

NERY, Antonio Augusto. O ENSINO E A PESQUISA DA LITERATURA PORTUGUESA NO BRASIL EM PERSPECTIVA . **Revista Letras Escreve**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 91-101, 2026. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/letrasescreve/article/view/1062>.

Resumo

No mês de Julho de 2024 foi sancionada a lei que reestruturou o Ensino Médio brasileiro, depois de anos de debates e polêmicas em torno da denominada Reforma do Ensino Médio, cuja lei, não menos polêmica, foi promulgada em 2017. O acontecimento me levou novamente a refletir não somente sobre a presença da Literatura Portuguesa no currículo desse nível de Ensino e na Educação Básica como um todo, mas sobretudo acerca das mudanças relacionadas à área que ocorreram e estão ocorrendo nos currículos dos cursos de graduação em Letras, nas diversas Faculdades e Universidades Brasileiras. Disciplinas que anteriormente lidavam com conteúdos específicos da área, tiveram sua carga horária reduzida ou, ao receberem outras denominações, passaram a contemplar uma produção literária ampla, extravasando a produção literária portuguesa ou sequer a abarcando. Para além de se reconhecer a salutar possibilidade que essas novas disciplinas oferecem em se trabalhar com o comparatismo literário e de que em muitos contextos elas foram modificadas ou criadas para acatar exigências do próprio Governo federal, em torno de uma carga horária mínima para a formação dos graduandos, é notório que com as mudanças a presença da área de Literatura Portuguesa nos cursos de graduação em Letras – e consequentemente nos de pós-graduação – sofreu impactos em nosso país. Sem dúvidas, um dos acontecimentos emblemáticos que chamou a atenção para a situação que já vinha ocorrendo foi a primeira proposta apresentada pelo Governo federal para a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2015, cujo texto não contemplava a Literatura Portuguesa como disciplina obrigatória a ser ensinada para os estudantes brasileiros no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, etapas denominadas de Educação Básica. O documento, embora voltado à Educação Básica, jogava luz, em grande medida, sobre a formação que os futuros professores dos estudantes teriam no Ensino Superior, colocando, portanto, esse nível de Ensino também em perspectiva. Somente após diversas manifestações contrárias ao texto, feitas por entidades relacionadas à área de Literatura e pela comunidade acadêmica, é que as versões seguintes, outra preliminar de 2016 e, a final, aprovada em 2018, passaram a mencionar a disciplina. Neste texto pretendo propor uma reflexão sobre as questões aventadas acima.

Palavras-chave: Literatura Portuguesa; Ensino no Brasil; Ensino Básico; BNCC; Ensino Superior.

Abstract:

In July 2024, the law that restructured Brazilian high school education was enacted, after years of debate and controversy surrounding the so-called High School Reform, a law that was no less controversial and was enacted in 2017. The event led me to reflect again not only on the presence of Portuguese Literature in the curriculum of this level of Education and in Basic Education as a whole, but especially on the changes related to the area that have occurred and are occurring in the curricula of undergraduate programs in Literature at various Brazilian colleges and universities. Courses that previously dealt with content specific to the area had their workload reduced or even began to encompass a broad literary production, going beyond portuguese literary production or not even encompassing it. In addition to recognizing the vast possibility that these new courses offer in working with literary comparatism and that in many contexts they were modified or created to comply with the demands of the federal government itself, regarding a minimum workload for the training of undergraduates, it is clear that with the changes the presence of the area of Portuguese Literature in university programs in Literature – and consequently in postgraduate courses – suffered impacts in our country. Without a doubt, one of the emblematic events that drew attention to the situation that had already been occurring was the first proposal presented by the federal government for the Base Nacional Comum Curricular (BNCC), in 2015, whose text did not include Portuguese Literature as a mandatory subject for Brazilian students in elementary and high school, the stages known as Basic Education. The document, although focused on Basic Education, largely shed light on the training that future teachers of these students would receive in higher education, thus putting this level of education into perspective as well. Only after several protests against the text, made by entities related to the field of Literature and the academic community, did subsequent versions – a preliminary draft in 2016 and the final one, approved in 2018 – begin to mention the subject. In this text, I intend to propose a reflection on the issues raised above.

Keywords: Portuguese Literature; Education in Brazil; Basic Education; BNCC; Higher Education.

Considerações iniciais

No mês de agosto de 2025 completei 26 anos de Magistério. Embora meus primeiros anos no ofício não tenham sido de dedicação exclusiva ao ensino de Literatura Portuguesa, a pesquisa na área me acompanha desde o princípio, quando ainda na Graduação em Letras Português e Inglês (1999-2002), realizada na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)/Campus de Cascavel), desenvolvi uma pesquisa de Iniciação Científica sobre a obra de José Saramago (1922-2010), que abriu horizontes para o Mestrado (UFPR, 2005) e o Doutorado (USP, 2010), com investigações em torno da obra de Eça de Queirós (1845-1900).

Textos de autoras e autores da área também sempre estiveram presentes em minha prática docente, sendo lidos e analisados sob os mais diversos prismas nas salas de aula, quando desde o primeiro ano da graduação comecei a lecionar para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), passando ao longo dos anos, até 2011, ininterruptamente, pelos Ensinos Fundamental, Médio Regular e Médio-Técnico.

Desde 2011, quando ingressei no Magistério Superior, na Universidade Federal do Paraná (UFPR), dedico-me exclusivamente ao ensino de Literatura Portuguesa em nível de Graduação e Pós-graduação. A experiência docente e de pesquisador me permitiu acompanhar as transformações que o ensino superior e a pesquisa na área vêm sofrendo no Brasil nas últimas duas décadas e um pouco mais.

Desenvolvimento

Começo pensando nas constantes exigências de mudanças curriculares nos cursos de Letras, impostas pelo Ministério da Educação Brasileiro, sempre com a justificativa de adequar os cursos à uma nova realidade educacional, que envolve, em linhas gerais, as transformações operadas pela “evolução tecnológica”, com a necessidade de “instrumentalizar”, “profissionalizar” e “capacitar” o aluno de Letras a serem professores melhores.

Tais “reformas” impõem às Faculdades e Universidades a necessidade da criação de novas disciplinas, muitas delas voltadas ao aprendizado da prática docente (os denominados estágios em escolas), para atenderem as demandas supracitadas, sem, entretanto, permitir que o tempo total de conclusão do curso seja estendido. Soma-se a isso, as exigências para que as já comprimidas disciplinas, em termos de carga horária, dispensem parte de seu tempo à extensão universitária, também com a justificativa de atender as novas demandas.

A solução encontrada para resolver o impasse das exigências *versus* a falta de carga horária disponível, comumente foi/é: a eliminação de algumas disciplinas existentes; ou a diminuição considerável da carga horária individual de cada disciplina da grade atual, ou a condensação de duas ou mais disciplinas em uma ou em novas disciplinas. Ora, é justamente nesse cenário que em muitos cursos de Letras espalhados pelo Brasil houve a supressão de disciplinas exclusivas da área de Literatura Portuguesa, alargando o escopo para as denominadas Literaturas de Língua Portuguesa, disciplinas nas quais, geralmente, todas as literaturas lusófonas são contempladas, obviamente, de forma panorâmica.

Para além de ser uma das saídas possíveis ao impasse gerado pela quantidade de disciplinas *versus* a carga horária exigida para a formação dos alunos, muitos colegas dizem que as disciplinas concernentes ao conceito de Literaturas de Língua Portuguesa foi o possível a se fazer, outros que tiveram de ceder a pressões de cunho político e ideológico em seus espaços acadêmicos, por conta de discussões em torno das ideias/conceitos de (pós)colonialismo, (de)colonialismo, cujos debates não se deram de maneira muito aprofundada e/ou sem extremismos, outros colegas, ainda, propõem que tais disciplinas são mesmo “sinal dos tempos”, nos quais, ao invés de se focar em sistemas literários exclusivos, ou se basear em questões relacionadas à historiografia literária, deve-se agora voltar-se para uma discussão plural, intertextual, de entrecruzamento de ideias e, não raras vezes, centrada em temas unificadores que permitem em uma mesma disciplina lidar com diferentes literaturas – leia-se, por exemplo, a disciplina denominada “Literatura Ocidental”, presente em alguns novos currículos de Letras, desenvolvidos no contexto das novas demandas das reformas curriculares.

Para além de se reconhecer a salutar possibilidade que essas novas disciplinas oferecem em se trabalhar com o comparatismo literário e a imersão em discussões acerca de diversas temáticas e de diversas ordens, fato é que, inegavelmente, em muitos cursos de Letras espalhados pelo Brasil, já não temos disciplinas que lidam especificamente com a Literatura Portuguesa, sendo que autores e

obras, quando são lembrados, acabam figurando como exemplo de determinado ponto temático norteador, que também evoca a Literatura Brasileira, as Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, quando não Literaturas de outras nacionalidades.

Tal fenômeno parece estar direta ou indiretamente vinculado às discussões em torno da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), levadas a cabo pelo Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação. O documento, que orienta sobre o conhecimento que todo o estudante brasileiro deve ter em sua formação no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, as etapas denominadas de Educação Básica, teve duas versões preliminares, a primeira publicada em 2015 e a segunda em 2016, e uma terceira versão, a final e definitiva, publicada em 2018¹.

Mesmo que a normativa estivesse voltada para a Educação Básica, os debates em torno de sua formulação ao longo de anos, jogaram luz, em grande medida, sobre a formação que os futuros professores dos estudantes teriam no Ensino Superior, colocando, portanto, esse nível de Ensino também em perspectiva.

A primeira versão preliminar do documento, publicada em 2015, não contemplava a Literatura Portuguesa como disciplina obrigatória a ser ensinada. Dentre os Objetivos Gerais do ensino de Língua Portuguesa para a Educação Básica, lia-se o seguinte, com relação à Literatura: “Valorizar diferentes identidades sociais, lendo e apreciando a literatura das culturas tradicional, popular, afro-brasileira, africana, indígena e de outros povos e culturas” (BRASIL, 2015, p. 41). Na sequência, nos objetivos de aprendizagem previstos para o Ensino Fundamental (EF), no que se refere às Práticas Artístico-Literárias, em todos os cinco primeiros anos dos denominados Anos Iniciais (primeiro ao quinto ano) encontram-se quase que o desdobramento do que fora proposto como Objetivo Geral para o ensino de Literatura para todo o Ensino Básico, mencionado acima. Para o primeiro ano consta: “Ler e apreciar textos literários tradicionais, da cultura popular, afro-brasileira, africana, indígena e de outros povos” (BRASIL, 2015, p. 42), já nos outros 4 anos há a repetição dessa sentença, com variações no início ou final dela, com incrementos no que se refere a capacidades e práticas dos alunos. No segundo ano acrescenta-se ao final: “(...) comentando temas e imagens” (p. 45); no terceiro, retoma-se o que foi proposto para o segundo, acrescentando-se no início o verbo “refletir”: “Ler, apreciar e refletir (...)” (p.48). Por fim, no quarto e no quinto ano, têm-se a seguinte sentença, com a substituição de “comentando” por “compreendendo” em seu final: “Ler, apreciar e refletir sobre textos literários tradicionais, da cultura popular, afro-brasileira, africana, indígena e de outros povos, compreendendo algumas de suas características”. (BRASIL, 2015, p. 50 - 52). Como se percebe, a Cultura e a Literatura Portuguesa não estão previstas em nenhuma das proposições, e na parte relacionada aos Anos Finais do Ensino Fundamental (sexto ao nono anos), nem mesmo formulações parecidas com as anteriores ocorrem.

¹ Vale mencionar que em 2022 houve a publicação de um adendo ao texto final, voltado ao estabelecimento dos parâmetros para o ensino/aprendizagem da Computação na Educação Básica. Disponível em: <<https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images//historico/anexo_parecer_cneceb_n_2_2022_bncc_computacao.pdf>> . Acesso em 13 jul. 2025.

Adiante, na parte dedicada ao Ensino Médio (EM), há especificações mais precisas sobre as Literaturas a serem conhecidas pelos estudantes e, novamente, nenhuma menção específica à Literatura Portuguesa. Nos objetivos de aprendizagem das Práticas Artísticas e Literárias, voltados agora aos três anos de formação do aluno no referido nível de Ensino, lê-se:

1º ano/EM

PRÁTICAS ARTÍSTICO/LITERÁRIAS

LILP1MOA0001 Ler produções literárias de autores da Literatura Brasileira Contemporânea, percebendo a literatura como produção historicamente situada e, ainda assim, atemporal e universal.

LILP1MOA0002 Reconhecer, em produções literárias de autores da Literatura Brasileira, o diálogo com questões contemporâneas (principalmente do jovem), em uma perspectiva de leitura comparativa entre o local e o global, reconhecendo a literatura como uma forma de reconhecimento de si e do mundo.

LILP1MOA0003 Interpretar e analisar obras africanas de língua portuguesa, bem como a literatura indígena, reconhecendo a literatura como lugar de encontro de multiculturalidades.

[...]

2º ano/EM

PRÁTICAS ARTÍSTICO/LITERÁRIAS

LILP2MOA001 Ler produções literárias de autores da literatura brasileira dos séculos XX e XIX, em diálogo com obras contemporâneas, percebendo a literatura como produção historicamente situada e, ainda assim, atemporal e universal.

[...]

3º ano/EM

PRÁTICAS ARTÍSTICO/LITERÁRIAS

LILP3MOA001 Ler produções literárias de autores da literatura brasileira dos séculos XVIII, XVII e XVI, em diálogo com obras contemporâneas, percebendo a literatura como produção historicamente situada e, ainda assim, atemporal e universal. (BRASIL, 2015, p. 61-65)

A publicação desse texto preliminar da BNCC provocou críticas de diversos atores sociais, entre os quais, escritores, pesquisadores, professores, jornalistas e entidades relacionadas à área de Literatura. Os argumentos contrários se baseavam, sobretudo, no fato de o texto propiciar o apagamento de uma parte da memória cultural do país, da qual a Literatura e a Cultura Portuguesa inegavelmente fazem parte, interferindo no processo de reflexão sobre a nossa identidade como brasileiros.

De fato, o texto apresenta em sua totalidade um contrassenso, pois investe inicialmente na ideia de que “A vida em sociedade requer que os sujeitos se apropriem dos sistemas de representação e de repertórios historicamente construídos” (BRASIL, 2015, p. 29), e depois, na parte dedicada ao Ensino Médio repete várias vezes, como se nota no excerto citado mais acima que a literatura deve ser percebida como produção historicamente situada, entretanto, ao tratar da cultura brasileira, especificamente da nossa literatura, deixa de entrever os diálogos literários mantidos com

Portugal desde que os portugueses aqui aportaram. Diálogos esses, como sabemos, fundamentais para o desenvolvimento das literaturas dos dois países.

Assim, a argumentação em torno da aparente ideia de autonomia da Literatura Brasileira fica comprometida, pois como pensar em originalidade, singularidade e diferenças se não há paradigmas ou bases para comparações? Não seria justamente a aproximação que fundamentaria argumentos mais consistentes em torno de questões próprias da Literatura, da Cultura e Identidade brasileira?

Mesmo com as inúmeras manifestações contrárias ao texto, a segunda versão da BNCC, de 2016, não apresentou muitos avanços no que se refere ao ensino de Literatura Portuguesa. Logo na apresentação dos objetivos gerais do componente Língua Portuguesa para a Educação Básica temos o seguinte pressuposto no que se refere ao ensino de Literatura: “Ler e apreciar textos literários de diferentes culturas e povos, valorizando desde os autores da nossa tradição literária àqueles da cultura popular, bem como a literatura afro-brasileira, africana e obras de autores indígenas” (BRASIL, 2016, p. 97-98). Quando há a descrição dos objetivos específicos para o Ensino Fundamental, menções às Literaturas a serem estudadas somente são feitas nos Objetivos de Aprendizagem relacionados ao denominado “Eixo Leitura/Campo literário” dos últimos anos (oitavo e nono), dos nove que compõem essa etapa: “Ler gêneros diversos de narrativas literárias da literatura brasileira e mundial [...] Ler poemas da literatura brasileira e mundial” (BRASIL, 2016, p. 337; 339).

Já na parte destinada ao Ensino Médio, percebe-se um avanço mais consistente, pois na apresentação dos Objetivos relacionados ao campo literário para essa fase, prevê-se, de antemão, a compreensão do “processo de constituição da Literatura Brasileira” (BRASIL, 2016, p. 507), o que envolve, obviamente, a Literatura Portuguesa, mencionada com destaque – um “sobretudo” – na continuidade do raciocínio:

A leitura do texto literário deve estar no centro das aulas de literatura, reposicionando os estudos teóricos. Importa, em primeiro lugar, que os/as estudantes envolvam-se em dinâmicas diversas de leitura que lhes possibilitem vivenciar experiências literárias formativas e também conhecer a literatura de seu país. Essa formação envolve vincular os textos lidos ao seu contexto de produção – e aí entram, por exemplo, os estudos históricos – e deve possibilitar que o/a estudante reflita, no interior das práticas de leitura, sobre o próprio processo de constituição da literatura brasileira. Esse percurso não pode ser feito sem a leitura de autores do cânone ocidental, sobretudo da literatura portuguesa. (BRASIL, 2016, p. 507).

Nesta versão preliminar na BNCC, o ensino de Literatura para o Ensino Médio é apresentado por intermédio de Unidades Curriculares/Campo das Práticas Literárias I, II e III. Na Unidade I tem-se o reforço da formação do leitor-literário, com nítida ênfase à leitura de textos da Literatura Brasileira Contemporânea. A Unidade II prioriza a leitura de textos produzidos nos Séculos XIX e

XX e neste ponto temos a presença da Literatura Portuguesa destacada, logo na apresentação dos objetivos:

(EM12LI01)

Ler produções literárias de autores da literatura brasileira dos séculos XX e XIX, percebendo a literatura como produção historicamente situada e, ainda assim, atemporal e universal.

(EM12LI02)

Compreender a presença do cânone ocidental, principalmente da literatura portuguesa, no processo de constituição da literatura brasileira, a partir da leitura de autores dessas literaturas, percebendo assimilações e rupturas, na busca de uma identidade nacional. (BRASIL, 2016, p. 530).

Tal qual na Unidade II, a Unidade III também se desenvolve a partir de um enfoque historiográfico, em que se prioriza a leitura de textos dos séculos XVIII, XVII e XVI. No elenco dos objetivos, lê-se o mesmo enunciado supracitado, com a mudança dos séculos de produção dos textos no primeiro objetivo e a supressão da construção “na busca de uma identidade nacional”, ao final do segundo objetivo (BRASIL, 2016, p. 531). Desta maneira, a montagem dos objetivos em Unidades é feita em termos historiográficos “de trás para a frente”, com as origens da Literatura Brasileira sendo contempladas na Unidade III, a busca de sua autonomia nas Unidade II e a produção literária brasileira atual na Unidade I. A Literatura Portuguesa deixa de figurar a partir do momento da “autonomia” de nossa Literatura, em um movimento que não valoriza a possibilidade de se colocar a produção literária contemporânea dos dois países em diálogo.

Na versão final e definitiva da BNCC, publicada em 2018, na parte destinada ao Ensino Fundamental, separada em Anos Iniciais e Anos Finais, alguma especificação em relação às Literaturas a serem estudadas aparece somente a partir dos Anos Finais, nas descrições relacionadas ao Campo Artístico-Literário, no item Habilidades, depois de se deixar claro que nessa etapa se espera a formação de um leitor-fruidor², munido de conhecimento do texto literário em termos formais e culturais:

A formação desse leitor-fruidor exige o desenvolvimento de

² O entendimento do que seria um leitor-fruidor aparece nas explicações gerais sobre as práticas de linguagens, objetos de conhecimento e habilidades para o ensino da Língua Portuguesa no Ensino Fundamental/Anos Finais: “Para que a função utilitária da literatura – e da arte em geral – possa dar lugar à sua dimensão humanizadora, transformadora e mobilizadora, é preciso supor – e, portanto, garantir a formação de – um leitor-fruidor, ou seja, de um sujeito que seja capaz de se implicar na leitura dos textos, de “desvendar” suas múltiplas camadas de sentido, de responder às suas demandas e de firmar pactos de leitura.” (BRASIL, 2018, p. 138). Também há alguma explicação sobre o conceito, mais adiante no texto, nas descrições dos objetivos de ensino pensados para o Campo Artístico-Literário, na fase Ensino Fundamental/Anos Finais: “Para que a experiência da literatura – e da arte em geral – possa alcançar seu potencial transformador e humanizador, é preciso promover a formação de um leitor que não apenas compreenda os sentidos dos textos, mas também que seja capaz de fruí-los. Um sujeito que desenvolve critérios de escolha e preferências (por autores, estilos, gêneros) e que compartilha impressões e críticas com outros leitores-fruidores.” (BRASIL, 2018, p. 156-157).

habilidades, a vivência de experiências significativas e aprendizagens que, por um lado, permitam a compreensão dos modos de produção, circulação e recepção das obras e produções culturais e o desvelamento dos interesses e dos conflitos que permeiam suas condições de produção e, por outro lado, garantam a análise dos recursos linguísticos e semióticos necessária à elaboração da experiência estética pretendida.

Aqui também a diversidade deve orientar a organização/progressão curricular: diferentes gêneros, estilos, autores e autoras – contemporâneos, de outras épocas, regionais, nacionais, portugueses, africanos e de outros países – devem ser contemplados; o cânone, a literatura universal, a literatura juvenil, a tradição oral, o multissemiótico, a cultura digital e as culturas juvenis, dentre outras diversidades, devem ser consideradas, ainda que deva haver um privilégio do letramento da letra. (BRASIL, 2018, p. 157)

É somente no enunciado sobre quais elementos devem ser levados em consideração para o ensino/aprendizagem da Língua Portuguesa no Ensino Médio que tem-se mencionada explicitamente a Literatura Portuguesa dentre as “obras da tradição literária brasileira e de suas referências ocidentais:

- a inclusão de obras da tradição literária brasileira e de suas referências ocidentais –em especial da literatura portuguesa–, assim como obras mais complexas da literatura contemporânea e das literaturas indígena, africana e latino-americana. (BRASIL, 2018, p. 500).

A ênfase no conceito de “tradição literária” é notada adiante no texto, quando há a explicitação dos objetivos do ensino de Literatura para o Ensino Médio, considerando, sobretudo, os campos de atuação social propostos para contextualizar as práticas de linguagem, tendo em vista mais especificamente o Campo Artístico-Literário:

No Ensino Médio, devem ser introduzidas para fruição e conhecimento, ao lado da literatura africana, afro-brasileira, indígena e da literatura contemporânea, obras da tradição literária brasileira e de língua portuguesa, de um modo mais sistematizado, em que sejam aprofundadas as relações com os períodos históricos, artísticos e culturais. Essa tradição, em geral, é constituída por textos clássicos, que se perfilaram como canônicos – obras que, em sua trajetória até a recepção contemporânea, mantiveram-se reiteradamente legitimadas como elemento expressivo de suas épocas.

Nesse sentido, a tradição literária tem importância não só por sua condição de patrimônio, mas também por possibilitar a apreensão do imaginário e das formas de sensibilidade de uma determinada época, de suas formas poéticas e das formas de organização social e cultural do Brasil, sendo ainda hoje capazes de tocar os leitores nas emoções e nos valores. Além disso, tais obras proporcionam o contato com uma linguagem que amplia o repertório linguístico dos jovens e oportuniza novas potencialidades e experimentações de uso da língua, no contato

com as ambiguidades da linguagem e seus múltiplos arranjos. (BRASIL, 2018, p. 523)

Depois, nas indicações para o estabelecimento dos parâmetros para a organização e progressão curricular, nota-se a continuidade da ideia de que a Literatura brasileira deve ser estudada considerando a tradição, e explicita-se “clássicos estrangeiros” que “subjazem na formação identitária de diferentes regiões do Brasil”, sem especificar, entretanto, quais são esses clássicos:

- Diversificar, ao longo do Ensino Médio, produções das culturas juvenis contemporâneas (slams, vídeos de diferentes tipos, playlists comentadas, raps e outros gêneros musicais etc.), minicontos, nanocontos, best-sellers, literaturas juvenis brasileira e estrangeira, incluindo entre elas a literatura africana de língua portuguesa, a afro-brasileira, a latino-americana etc., obras da tradição popular (versos, cordéis, cirandas, canções em geral, contos folclóricos de matrizes europeias, africanas, indígenas etc.) que possam aproximar os estudantes de culturas que subjazem na formação identitária de grupos de diferentes regiões do Brasil.
- Ampliar o repertório de clássicos brasileiros e estrangeiros com obras mais complexas que representem desafio para os estudantes do ponto de vista dos códigos linguísticos, éticos e estéticos.
- Estabelecer seleções em perspectivas comparativas e dialógicas, que considerem diferentes gêneros literários, culturas e temas.
- Abordar obras de diferentes períodos históricos, que devem ser apreendidas em suas dimensões sincrônicas e diacrônicas para estabelecer relações com o que veio antes e o que virá depois. (BRASIL, 2018, p. 524)

Será somente nas descrições das Habilidades a serem desenvolvidas no Campo Artístico e Literário nesta fase de ensino que teremos nomeada a Literatura Portuguesa dentre as várias Literaturas relacionadas justamente à noção da tradição literária que constitui a Literatura Brasileira. Tal noção é adensada com as indicações de que o objetivo é que o aluno perceba “a historicidade de matrizes e procedimentos estéticos”, e que as leituras das obras “significativas das literaturas brasileiras e de outros países” - a de Portugal entre elas - devem ser feitas “considerando o contexto de produção” e seus diálogos com o presente:

Identificar assimilações, rupturas e permanências no processo de constituição da literatura brasileira e ao longo de sua trajetória, por meio da leitura e análise de obras fundamentais do cânone ocidental, em especial da literatura portuguesa, para perceber a historicidade de matrizes e procedimentos estéticos. [...] Analisar obras significativas das literaturas brasileiras e de outros países e povos, em especial a portuguesa, a indígena, a africana e a latino-americana, com base em ferramentas da crítica literária (estrutura da composição, estilo, aspectos discursivos) ou outros critérios relacionados a diferentes matrizes culturais, considerando o contexto de produção (visões de mundo, diálogos com outros textos, inserções em movimentos

estéticos e culturais etc.) e o modo como dialogam com o presente (BRASIL, 2018, p. 525; 526)

Muito embora a Base Nacional Comum Curricular seja um documento voltado inteiramente para a Educação Básica, todos os acontecimentos que envolveram sua formulação foram bastante emblemáticos para pensarmos a atual situação do ensino de Literatura Portuguesa no Brasil em nível superior, tendo em vista, sobretudo, as configurações e reconfigurações dos cursos de Letras, responsáveis pela formação dos professores de Língua Portuguesa que irão atuar em todos os níveis de ensino: fundamental, médio e superior.

Conclusão

De fato, já há uma década, contexto no qual a polêmica primeira versão preliminar da BNCC foi lançada, era possível identificar Universidades e Faculdades pontuais que detinham cursos de Letras cujas grades eram estruturadas contendo no mínimo três disciplinas obrigatórias e outras disciplinas optativas específicas da área de Literatura Portuguesa, com uma quantidade expressiva de docentes com dedicação exclusiva à área. Hoje essas instituições parecem ter diminuído ainda mais, quase se tornando exceções e não regra.

Por isso mesmo tem-se tornado corriqueiro encontrar colegas professores, com toda a formação acadêmica centrada na área de Literatura Portuguesa, que ao iniciarem a docência em instituições nas quais precisam atuar nas mencionadas Literaturas de Língua Portuguesa, acabam migrando para outras literaturas lusófonas em termos de pesquisa, orientação e produção, impactando obviamente a área também no que se refere à Pós-graduação.

Na Pós-graduação, para além da diminuição de investigadores em atividade que atuam e orientam trabalhos específicos da área, mesmo que de forma comparada, contemplamos as consequências do que ocorre na graduação, com menos estudantes propondo estudos relacionados à Literatura Portuguesa, talvez porque justamente não tiveram contato profundo com a área durante o período de formação inicial na graduação.

Assoma-se a isso vagas de aposentadorias de professores da área sendo extinguidas, repassadas para outras áreas ou transformadas em vagas destinadas às novas disciplinas amplas, cujos nomes e ementas podem ou não prever o ensino de Literatura Portuguesa, conforme mencionei no início desta reflexão.

É por ser uma situação lamentável e preocupante que, a meu ver, ela precisa ser constantemente discutida, debatida, pesquisada, melhor compreendida por nós, no sentido de pensarmos e repensarmos a presença de nossa área em nosso país, bem como nos modos de realizarmos ações políticas, práticas e efetivas para mantermos nosso espaço. E reuniões como as da ABRAPLIP (Associação Brasileira de Professores de Literatura Portuguesa), que congrega e representa os professores da área em nível nacional, e do Grupo de Trabalho Literatura Portuguesa da ANPOLL (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Letras) tornam-se espaços

privilegiados para tanto. Trata-se de mais um motivo para atuarmos nas entidades que nos representam. Acredito que é somente por intermédio da união de forças que conseguiremos resistir e prosseguir.

Referências

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular [BNCC]. Educação é a base.** Brasília, Ministério da Educação, 2018. Disponível em << https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf>>. Acesso em 01 jul. 2025.

_____. **Base Nacional Comum Curricular: primeira versão.** Brasília: Ministério da Educação, 2015. Disponível em << <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/BNCC-APRESENTACAO.pdf>>>. Acesso em 01 jul. 2025.

_____. **Base Nacional Comum Curricular: segunda versão.** Brasília: Ministério da Educação, 2016. Disponível em <<<https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/relatorios-analiticos/bncc-2versao.revista.pdf>>>. Acesso em 01 jul. 2025.